

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**GABRIELA DONADON FERREIRA**

**O TRABALHO NAS PRISÕES:**  
entre direitos e violações.

**Santos**  
**2014**

**GABRIELA DONADON FERREIRA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O TRABALHO NAS PRISÕES:**  
entre direitos e violações.

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Andrea Almeida Torres.

**Santos**  
**2014**

F383t

Ferreira, Gabriela Donadon ,1993-

O trabalho no interior das prisões : entre direitos e violações. / Gabriela Donadon Ferreira ; Orientadora: Profa. Dra. Andrea Almeida Torres. – Santos, 2014.

61f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada  
Santista, Curso de Serviço Social, 2014.

1.Trabalho. 2. Prisões. 3.Direitos. I.Torres, Andrea  
Almeida, Orientadora. II. Título.

CDD 361.3

**GABRIELA DONADON FERREIRA**

**O TRABALHO NAS PRISÕES:**

entre direitos e violações.

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Andrea Almeida Torres.

Aprovação em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**EXAMINADORES**

---

Profa. Dra. Andrea Almeida Torres  
Universidade Federal de São Paulo

---

Me. Kely Hapuque Fonseca  
Assistente Social

Aos que me deram apoio, incentivo e carinho neste processo e em todos os momentos importante da minha vida – Sandra, Geraldo, Larissa e Guilherme. E aos milhares de homens e mulheres que se encontram encarcerados neste país.

## **AGRADECIMENTOS**

Eis que chegou o momento de agradecer. Na verdade, chegou o momento de (tentar) transcrever o sentimento que carrego comigo e que tem se intensificado nos últimos dias, meses e ano: a gratidão.

Início agradecendo as duas pessoas mais queridas e admiradas por mim, minha mãe Sandra e meu pai Geraldo. Agradeço especialmente pelo amparo, incentivo e cuidado. Por contribuírem diretamente pra eu estar onde estou e ser quem eu sou. Por me proporcionarem compreender o significado da expressão “amor incondicional”.

Agradeço a Larissa, minha irmã de sangue, de amor, de vida e de alma pela cumplicidade, pelo amor e pela proteção.

Agradeço ao Guilherme, meu amado companheiro, pela parceria no amor e na luta. Por incentivar todos os meus passos, por se preocupar, por garantir que cada decisão seja repleta da certeza de que tudo vai dar certo.

Agradeço a professora e amiga Andrea Torres por me orientar neste trabalho e em muitos outros momentos da minha trajetória. Te admiro pela sua coragem e respeito à vida e pela profissional que és. Obrigada pela generosidade de partilhar comigo seu conhecimento e amor pelo que faz.

Agradeço a Mariana Oliveira, meu brotinho, por estar sempre comigo.

Agradeço a Samantha, companheira de moradia com a qual dividi lágrimas e muitos sorrisos.

Agradeço a Marina, amiga querida, com a qual dividi anseios e choros e que, com a mesma intensidade compartilhei muita alegria.

Agradeço a Laryssa pela dedicação e pela história de amizade que construímos.

Agradeço a Mariana Ramos por cada momento vivenciado. Te admiro e te respeito imensamente.

Agradeço a Alexia por se fazer presente de coração mesmo estando longe fisicamente.

Agradeço a Iara, pela sua doçura, carinho e cuidado. Caiçara que estará sempre comigo, no meu coração e nos meus pensamentos.

Agradeço a Helena, por todas as histórias que vivemos e que temos pra contar.

Agradeço a vida por ter me proporcionado conhecer pessoas tão queridas e especiais em minha trajetória que levarei em minhas lembranças para sempre, como Vanessa, Andrezza e Rafaela.

Gratidão aos momentos vividos e pessoas conhecidas e reconhecidas nestes últimos quatro anos, gratidão pela vida, pelos sorrisos, pelas aventuras e também pelos momentos difíceis que me fizeram forte. Gratidão pela aprendizagem, pela experiência e pela certeza de que me entreguei, sem arrependimentos e frustrações. Gratidão pelo coração cheio de amor e de certeza de que fui muito feliz nesses últimos tempos. Gratidão por terem feito parte disso!

"Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?"

Rosa Luxemburgo



## **RESUMO**

Considerando as mudanças históricas na prática de punir, a atual conjuntura do Estado Penal máximo e o fenômeno do encarceramento massivo atualmente em nosso país, o presente trabalho de conclusão de curso visa analisar uma questão presente nesta realidade: o trabalho exercido (ou não) pelos sujeitos presos. Através de entrevistas qualitativas com egressos prisionais que tenham trabalhado durante o aprisionamento, pretende-se entender quais as características e condições do trabalho desenvolvido, os direitos a eles assegurados e a sua influência para inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, quando em liberdade. Aliado a isso, investigou-se a legislação pertinente a esses/as trabalhadores/as e discutiu-se o mundo do trabalho contemporâneo para que fosse possível compreender os desafios impostos aos sujeitos egressos do sistema prisional para sua colocação no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho, Prisões, Direitos.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAEF – Central de Atenção ao Egresso e Família

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

GEPEX. DH – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos,  
Justiça Criminal e Segurança Pública

LEP – Lei de Execução Penal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 O SIGNIFICADO SOCIAL DA PRISÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Estado Penal na sociedade contemporânea.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 A realidade prisional brasileira .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Prisionalização e suas consequências.....</b>	<b>21</b>
<b>3 O/A PRESO/PRESA E O TRABALHO NAS PRISÕES BRASILEIRAS.....</b>	<b>27</b>
<b>4 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS NAS PRISÕES .....</b>	<b>40</b>
<b>5 METODOLOGIA DA PESQUISA, A PESQUISA E SUAS ANÁLISES .....</b>	<b>44</b>
<b>5.1 Metodologia da pesquisa .....</b>	<b>44</b>
<b>5.2 A pesquisa e suas análises.....</b>	<b>45</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A prática de punir na sociedade sempre esteve presente como um questionamento. Ao adentrar o curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo no ano de 2011, através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, Justiça Criminal e Segurança Pública (GEPEX.DH) coordenado pela Profa. Dra. Andrea Almeida Torres, não por acaso também orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso, houve a oportunidade de aproximação desta e de outras temáticas que permeiam a vida de grande parcela da população que entra em conflito com a lei.

Alguns anos de estudo sobre os temas acima expostos e o contato com a realidade vivenciada pelos homens presos em uma penitenciária de regime semiaberto no estado de São Paulo, fizeram produzir o presente estudo, tendo como objeto central o trabalho no sistema prisional exercido pelos sujeitos privados de liberdade.

Para tal, foi preciso analisar a existência da prisão e sua função hoje, como instrumento coercitivo e punitivo, no atual contexto social, político, econômico e cultural na sociedade brasileira.

A sociabilidade burguesa e os modos de produção do sistema capitalista trazem consigo profundas desigualdades que lhes são inerentes. A criminalidade (e o aumento dela) se apresenta como produto desta lógica excludente e exploratória. Em uma sociedade organizada em classes sociais, onde a propriedade privada e o acesso aos bens de consumo são incentivados, onde as políticas sociais são retraídas e a desigualdade social e econômica se aprofunda, a penalização da pobreza funciona como estratégia para conter as mazelas que o sistema capitalista e a política neoliberal produzem. Neste sentido, a prisão funciona como mecanismo para tal contenção. Ocorre o que Wacquant (2001) já denominava de diminuição do Estado Social e aumento do Estado Penal.

A Lei de Execução Penal (LEP, nº 7.210 de 1984)<sup>1</sup> regulamenta o trabalho a ser exercido pelo/a preso/a, interna e externamente ao estabelecimento

---

<sup>1</sup> Instituída em 1984, a LEP regula a execução penal e define os direitos e deveres dos que ela denomina como condenado e internado.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)> Acesso em: 22 set. 2014

penitenciário, e descreve os direitos e deveres destes trabalhadores. No entanto, o que se observa na literatura crítica sobre o tema é uma realidade que viola e não garante esses direitos. Ofertas de trabalho e formação escolar são oferecidas pelo Estado como política pública para a população carcerária, mas essas ofertas não são suficiente para as necessidades dessa população, não correspondem suas expectativas e também não são acessadas por todos que por elas se interessam.

O trabalho pensado como política pública para a população carcerária é rodeado de muitos discursos. De acordo com a LEP (BRASIL, 1984) ele é entendido como dever social e condição da dignidade humana. Já entendendo a prisão na perspectiva de Foucault (2009), é possível analisar o trabalho como uma nítida forma de disciplinar os considerados “transgressores”, como uma forma de mantê-los ocupados.

Por outro lado, questões como a “ressocialização” através do trabalho estão fortemente presentes no ideário dessa política. Acredita-se que os sujeitos poderão ser transformados através do trabalho e que ele auxiliará na sua (re)inserção ao mercado de trabalho no momento da retomada da liberdade, o que, supostamente diminuirá os índices de reincidência criminal.

O sujeito que foi encarcerado e/ou cumpriu pena privativa de liberdade, ao término, encontra dificuldades para retornar à vida em liberdade. Num contexto de precarização do trabalho e aumento do desemprego, no que tange também aos trabalhadores com maior formação profissional, quais as condições de inserção no mercado de trabalho para o indivíduo egresso<sup>2</sup> do sistema prisional?

A importância do presente trabalho justifica-se primeiramente, pois, percebe-se uma escassez de produção de conhecimento das características e condições do trabalho exercido pelo preso durante o encarceramento, bem como, os direitos assegurados a esses trabalhadores.

É preciso analisar as condições nas quais o trabalho oferecido ao preso se desenvolve, como se dão as relações de trabalho com os diferentes sujeitos envolvidos neste processo (presos, diretores, empresas públicas e privadas) e a efetividade da chamada “ressocialização” pelo trabalho.

Portanto, buscou-se investigar a situação do trabalhador preso, seus direitos

---

<sup>2</sup> A Lei de Execução Penal, nº 7210 de junho de 1984, considera egresso o sujeito liberado definitivo, pelo prazo de um ano contabilizado a partir da data de sua saída e também o liberado condicional durante o período estipulado pelo juiz.

legais, as condições reais, as violações e os reflexos efetivos para a inserção no mundo do trabalho quando em liberdade.

Para a realização do presente trabalho de conclusão de curso, realizou-se primeiramente um processo de revisão bibliográfica acerca do tema abordado, baseando-se em diversos autores que pesquisam a instituição prisão, a inserção do trabalho nesses espaços e mundo do trabalho na contemporaneidade.

Posteriormente foi realizada pesquisa de campo, composta por entrevistas feitas com sujeitos egressos do sistema prisional, de modo a articular seus conteúdos com o referencial teórico estudado. O presente trabalho estruturou-se em quatro capítulos:

No primeiro foi realizado um estudo sobre a função social da prisão, baseando-se nos pensamentos e produções de Michel Foucault. Nos subitens deste mesmo tópico estudou-se o fenômeno do encarceramento massivo em nossa sociedade, pautando-se nos atuais dados referentes ao sistema carcerário brasileiro e nos estudos de Loic Wacquant. Por fim, realizou-se uma análise a respeito dos efeitos causados pela prisão na vida e identidade dos sujeitos que vivem e viveram o encarceramento, baseando-se nas obras de Erving Goffman e nas produções de Andrea Torres.

No segundo capítulo, baseando-se nas obras e estudos dos autores Cezar Roberto Bitencourt, Jailson Siqueira, Luiz Antônio Bogo Chies e Fernando Salla, foi realizada uma reflexão sobre o trabalho nas prisões, suas diferentes interpretações e seus significados.

No terceiro capítulo, foi realizado estudo acerca das transformações no mundo do trabalho contemporâneo e seus rebatimentos nas prisões, pautando-se nas produções de Ricardo Antunes e Marcio Pochmann, pois a discussão do mundo do trabalho atual se faz necessária para que se compreenda os desafios impostos aos sujeitos egressos do sistema prisional para a (re)colocação no mercado de trabalho.

No quarto capítulo, foi abordada a metodologia da pesquisa, o recurso da entrevista com sujeitos e sua análise. Pautando-se na abordagem de pesquisa qualitativa, foram realizadas duas entrevistas com egressos do sistema prisional de modo a possibilitar articulação do referencial teórico com a realidade empírica

vivenciada. Por fim, encontram-se as considerações finais que compreendem a sistematização e análise crítica dos conteúdos que foram estudados.

## 2 O SIGNIFICADO SOCIAL DA PRISÃO

Cada detento uma mãe, uma crença  
 Cada crime uma sentença  
 Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,  
 Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,  
 Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.  
 Misture bem essa química.  
 Pronto: eis um novo detento.  
**Diário de um Detento** - Racionais Mc's

Para iniciarmos a discussão sobre a prisão e seu significado na sociedade, é necessário desenvolvermos um breve resgate histórico desta instituição e da prática de punir.

A prática de punir (FOUCAULT, 2009) sempre esteve presente nas sociedades, mas historicamente ela sofreu mudanças em suas características e mecanismos. Anteriormente caracterizada pela realização dos suplícios, esta prática era pautada na punição ao corpo, na ostentação do castigo e no terror que servia como exemplo para os demais sujeitos.

No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal. (FOUCAULT, 2009, p.13)

A prática de punir foi sendo modificada, a exposição da punição no formato de um espetáculo foi sendo substituída por uma prática pautada na racionalidade.

A partir do fim do século XVIII e início do XIX, a prisão em forma de penitenciária passa a ser a principal forma de punição nas sociedades ocidentais. A prisão até este momento não era a forma mais essencial de punir. Tinha como função manter reclusos os indivíduos que aguardavam suas punições, que antes se configuravam basicamente com a prática dos suplícios, ou que estivessem presos por questões políticas ou religiosas.

Foucault (2009) traz reflexões essencialmente necessárias para se compreender essa nova prática de punir. O autor apresenta a prisão como um aparelho para disciplinar e transformar os indivíduos, como a forma aparentemente



mais civilizada dentre todas as penas. “Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena.” (FOUCAULT, 2009, p.16)

Com sua natureza corretiva, a prisão passa a legitimar a pena aplicada segundo a variável do tempo baseando-se na privação de liberdade. Os sujeitos permanecem encarcerados por tempo determinado previamente para que seus comportamentos se transformem e que se enquadrem às exigências estabelecidas socialmente. A prisão passou a ser um espaço de controle e disciplina dos corpos dos sujeitos. Desde então, o encarceramento é responsável pela privação de liberdade e também pela transformação dos indivíduos.

Tome o problema do corpo: com efeito, ele é muito importante na mecânica da prisão. Ora, não é como diz o direito, uma simples privação de liberdade, é mais: há uma tática do poder político que se interessa pelo corpo das pessoas: corpo dos soldados, das crianças, dos operários, que se deve manter em boas condições. (FOUCAULT, 2012, p.53)

A punição pautada na privação de liberdade significa um castigo direto a um bem fundamental na vida de qualquer ser humano: a liberdade. O castigo passa a ter um caráter igualitário, pois atinge este direito, ao qual todos os sujeitos tem acesso. Já não seria mais eficaz eliminar os condenados, passou a ser necessário utilizá-los. Neste sentido, era preciso domesticá-los, corrigi-los. Passou-se a aplicar não mais a punição essencialmente ao corpo dos condenados, mas sim à sua alma (FILHO, 2002).

Para analisar a função social da prisão, é preciso entender as reflexões de Foucault (2009). O autor apresenta que o papel social do encarceramento possui relação direta com a definição, que surge no século XIX, do chamado delinquente. Ele explica a necessidade de selecionar nas próprias massas um grupo de indivíduos que seriam os protagonistas dos comportamentos ilegais.

A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. [...] E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da

penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. (FOUCAULT, 2009, p.258)

A prisão então trabalha na produção de uma delinquência estabelecida e definida pelos interesses de parcela da sociedade. Neste sentido, a delinquência se faz necessária para a manutenção da ordem estabelecida na sociedade capitalista.

O atual sistema econômico se organiza na opressão e exploração da classe trabalhadora. O encarceramento funciona como um importante elemento que contribui para a manutenção da sociedade de classes, pois, funciona como forma de controle e contenção social.

Além disso, o encarceramento e a definição dessa parcela pertencente à delinquência, ao selecionar e excluir os sujeitos “bons” dos sujeitos “maus” também contribui para uma fragmentação da classe trabalhadora, que não se reconhece mais como tal, contribuindo assim para a manutenção da lógica capitalista.

A criação e manutenção dessa delinquência se faz importante na medida em que ela serve como estratégia de “controle das ilegalidades populares, impedindo que elas se generalizem e se ampliem. Ao mesmo tempo, permite as ilegalidades dos grupos dominantes.” (SALLA, 1991, p.29)

A prisão funciona como um instrumento para gerir e controlar os ilegalismos. Assim, contrariando a ideia de ser um fracasso, a prisão se apresenta como bem-sucedida na criação desta categoria delinquência.

Foucault (2009) afirma o êxito da prisão ao “fabricar delinquentes”, pois, é isso que lhe é requisitado. E para que sua função continue sendo cumprida a prisão vivencia alterações que permitem sua adequação ao momento histórico vivenciado.

Seguindo esta reflexão, pode-se dizer que vários seriam os benefícios extraídos da constituição deste *exército de delinquentes* (Foucault, 2009). Lucro político e econômico com a manutenção do narcotráfico, pois, o encarceramento só atinge determinada parcela envolvida neste tipo de atividade; incentivo ao medo e insegurança que geram lucros para a indústria da segurança; desarticulação e fragmentação da classe trabalhadora; exploração do trabalho exercido pelos presos; tendência de privatização envolvendo os presídios, são alguns dos elementos que podem ser analisados atualmente e que reafirmam a eficácia da prisão.

Foucault (2012) afirma que mais do que saber o que são as instituições é necessário saber qual o tipo de pensamento que as sustenta. Apresenta como

necessário na análise de uma instituição, em primeiro lugar, distinguir o objetivo ao qual ela se propõe e os meios que dispõe para alcançá-lo. Em segundo lugar, seus efeitos que raramente coincidem com o fim. “Assim, o objetivo da prisão-correção, da prisão como meio de emendar o indivíduo, não foi alcançado: o efeito foi mais o inverso e a prisão, antes, reconduziu os comportamentos de delinquência.” (FOUCAULT, 2012, p. 283)

O autor continua explicando que quando o efeito não coincide com o fim, existem várias possibilidades. Ou de reforma ou então, utiliza-se desses efeitos de outra maneira, não prevista anteriormente, mas que tenha um sentido e utilidade. Que ele denomina de uso. “Assim, a prisão que não tinha o efeito de emendar serviu mais como um mecanismo de eliminação.” (FOUCAULT, 2012, p. 284)

O autor explica que a finalidade inicial da instituição é anunciada e serve de justificativa: “Penso que a prisão foi solidificada, apesar de todas as críticas que se faziam, porque muitas estratégias de diferentes grupos vieram ali se cruzar nesse lugar particular.” (FOUCAULT, 2012, p. 284)

Foucault (2012) analisa como a pena de aprisionamento, desde o começo do século XX, foi denunciada como o grande fracasso da justiça penal. Acrescenta ainda que não há nenhum especialista do direito penal que contrarie a ideia de que a prisão não alcançou seus objetivos. Muito longe de ter como produto a ressocialização dos sujeitos ela atua na fabricação de delinquentes.

## **2.1 Estado Penal na sociedade contemporânea**

A análise da função social da prisão só pode ser realizada ao considerarmos a estrutura e organização dessa sociedade pautada no modo de produção capitalista. A organização da sociedade em classes sociais, o incentivo à propriedade privada, as metamorfoses do mundo do trabalho contemporâneo, o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, a criminalização da pobreza e o incentivo ao medo social disseminado pela mídia reforçam a lógica punitiva e geram efeitos e reações que, para a manutenção da lógica do capital, devem ser controlados.

Segundo Wacquant (2008) é possível notar nos países que compactuam com a política neoliberal, uma estratégia por parte do Estado para conter os efeitos desta.

Uma das estratégias abordadas pelo autor e que muito se relaciona com o Brasil é o que ele chama de “penalização da pobreza”:

em todo país onde a ideologia neoliberal de submissão ao “livre mercado” se implantou, observamos um espetacular crescimento do número de pessoas colocadas atrás das grades, enquanto o Estado depende cada vez mais da polícia e das instituições penais para conter a desordem produzida pelo desemprego em massa, a imposição do trabalho precário e o encolhimento da proteção social. (WACQUANT, 2008, p.96)

No Brasil, nas últimas décadas a população carcerária aumentou absurdamente. Esses números serão abordados no próximo item deste trabalho. Neste momento, o que precisa ser pontuado é a relação da intensificação da política de encarceramento e de criminalização da pobreza com o avanço do neoliberalismo no Brasil.

Várias são as consequências de uma política pautada na ideologia neoliberal, que atingem diretamente a vida da classe trabalhadora. Faz-se necessário pontuar duas dessas consequências para que entendamos a lógica da prática do encarceramento: o desmonte do Estado Social e o fortalecimento do Estado Penal.

Instaura-se uma política de repressão e de contenção pelo encarceramento legitimada pelo discurso do senso comum que, convencido pela indústria do medo e da segurança, passa a legitimar a prisão como a mais efetiva das soluções.

O aumento extraordinário da população carcerária tem relação direta com a utilização da prisão como mecanismo de controle da insegurança social e na contenção dos efeitos que as modificações geradas pela política neoliberal causaram na vida dos trabalhadores. As metamorfoses do mundo do trabalho decorrentes do sistema capitalista e da política neoliberal serão abordadas no Capítulo III deste trabalho.

A partir da implantação da política neoliberal no Brasil o que se verifica é uma transferência do incentivo a políticas sociais para o incentivo à política de penalização da pobreza. O que se verifica hoje é o aprisionamento funcionando como política pública para os pobres. Política pública de encarceramento em massa.

Em tais condições, desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e

judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres (WACQUANT, 2001, p. 6)

Neste sentido, é possível afirmar que a prisão e todo o sistema penal se tornaram um mecanismo de contenção dos efeitos e da barbárie decorrentes da ausência de políticas públicas e sociais efetivas.

## **2.2 A realidade prisional brasileira**

Segundo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em junho de 2014, atualmente 563.526 pessoas encontram-se encarceradas no Brasil. O sistema carcerário conta com um déficit de 206.307 vagas sem considerar os 147.937 presos domiciliares. Se esse número considerasse os presos domiciliares, o Brasil estaria na terceira posição do ranking dos países que mais encarceram no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Contudo, excluindo da somatória a população que cumpre pena em domicílio, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking, ficando atrás dos Estados Unidos, da China e da Rússia. A superlotação dos presídios brasileiros atesta a ausência de condições dignas para o cumprimento das penas e fere diretamente os direitos humanos.

Em estudo realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em dezembro de 2012 aponta uma população carcerária composta por 548.003 pessoas. O que representa um aumento de 15.523 pessoas encarceradas em menos de dois anos (de dezembro de 2012 a junho de 2014). Esses números confirmam que a população carcerária cresce absurdamente no Brasil.

O levantamento realizado pelo CNJ apresenta que 32% do total de pessoas presas aguardam julgamento, ou seja, cumprem pena sem terem sido condenadas. Apresenta ainda que, caso os mandatos de prisão que aguardam cumprimento fossem aplicados, mais 373.991 pessoas se juntariam à população carcerária, que somaria um total de 937.517 sujeitos atrás das grades.

Considerando os dados disponibilizados pelo DEPEN referentes a dezembro de 2012, do total de 548.003 sujeitos encarcerados no Brasil, 231.429 possuíam o ensino fundamental incompleto, sendo este o nível de escolaridade mais expressivo nesta população.

Deste mesmo total de sujeitos encarcerados, apenas 101.909 presos e presas tinham acesso ao trabalho em dezembro de 2012 - direito assegurado pela Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) – sendo que 21.085 presos e presas exercem algum tipo de trabalho externo às unidades prisionais e 90.824 exercem trabalho interno.

Com relação aos tipos de trabalho exercido, na modalidade de trabalho externo, a grande maioria são trabalhos em parceria com a iniciativa privada, totalizando 11.162 presos e presas nessa condição. No que se refere ao trabalho interno, a maioria são realizados em apoio ao estabelecimento penal e em seguida em parceria com a iniciativa privada, totalizando 38.945 e 28.370 respectivamente.

Ainda referente aos dados disponibilizados pelo DEPEN em dezembro de 2012, os crimes mais cometidos pela população carcerária são crimes contra o patrimônio e tráfico de entorpecentes. A maioria dos sujeitos encarcerados são jovens, encontrando-se entre 18 a 24 anos.

Segundo o CNJ, de acordo com os dados publicados em junho deste ano, São Paulo é o estado que mais encarcera no país, totalizando 204.946, seguido de Minas Gerais com 57.498 e Rio de Janeiro com 35.611.

É possível considerar que o aumento extraordinário da população carcerária nas últimas décadas apresenta uma sociedade brasileira tomada da lógica do encarceramento em massa onde quase tudo, segundo o julgamento do senso comum, se torna passível de prisão.

O medo social, alimentado pelos meios de comunicação fomentam os discursos de ódio e de punição exemplar aos que infringem normas estabelecidas pela sociedade e acentuam a fragmentação da sociedade entre os bons e os maus.

Faustino (2010) concorda a ideia da autora Vera\_Malaguti Batista (2003) que apresenta a associação feita pela mídia, da criminalidade com a pobreza, como uma estratégia de controle social dos pobres. Ou seja, a relação encarceramento em massa com a criminalização da pobreza: “o Estado pune para conter os efeitos de suas omissões” (FAUSTINO, 2010, p.19)

Aliado a isso o Estado se apresenta de maneira violenta na contenção dos efeitos de sua omissão e utiliza o encarceramento como política pública em substituição às políticas sociais estruturantes que garantiriam o acesso a direitos fundamentais.

Neste contexto, o aumento desenfreado da população carcerária a partir dos anos 1990 é produto da política neoliberal que se efetiva na retração do Estado no que tange às políticas sociais e públicas e em sua ampliação no que se refere ao Estado Penal e a punição aos pobres.

Se faz necessário frisar também as condições em que os sujeitos encarcerados cumprem suas penas. Prisões superlotadas, ausência de recursos materiais, más condições de higiene e ventilação, colchões insuficientes, celas mofadas e insalubres, alimentação imprópria, violência entre os presos, acesso precário à saúde e dificuldades no acesso à assistência jurídica são alguns dos elementos que ferem diretamente os direitos da população carcerária e ainda, “as prisões brasileiras caracterizam-se pelo terror, torturas, maus-tratos, enfim, brutais violações de direitos humanos dos presos e seus familiares.” (RADBRUCH, 2010, p.6)

A população carcerária conta com a assistência de algumas entidades e coletivos de defesa dos direitos humanos para que essas situações sejam denunciadas e alguns direitos sejam atendidos, ainda que parcialmente. Grande parte dos relatórios sobre a situação das prisões no Brasil são produzidos por movimentos de defesa dos direitos dessa população e funcionam como estratégia de denúncia das situações absurdas nas quais homens e mulheres cumprem suas penas no Brasil.

### **2.3 Prisionalização e suas consequências**

O enfraquecimento do Estado Social e o fortalecimento do Estado Penal que se manifesta pelo encarceramento desenfreado ocorrido nas últimas décadas produzem diversos efeitos na população que está privada de liberdade.

Para que se compreendam os efeitos causados pela prisão na vida dos sujeitos que a vivenciam é imprescindível que se considere a concepção de Erving Goffman sobre as instituições totais e os efeitos que a institucionalização acarreta na vida dos sujeitos.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1961, p.11)

O caráter total de uma instituição, de acordo com o autor, está na capacidade que ela tem de barrar a relação de seus participantes com o mundo externo. Esse fato, muitas vezes, é simbolizado até mesmo pela arquitetura da instituição. No caso da prisão isso fica explícito nas suas características mais marcantes: seus muros altos e grades por todos os lados.

Um elemento fundamental das instituições totais, segundo Goffman (1961) é que todos os aspectos da vida dos sujeitos são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. A realização das atividades em grupo e o rigoroso regime de horários também caracterizam essas instituições.

Sendo assim, no caso das prisões, fica claro o emprego dessas características. Os sujeitos encarcerados trabalham, estudam, realizam suas atividades de lazer, dormem, se alimentam e desenvolvem qualquer outro tipo de atividade cotidiana no mesmo espaço e, majoritariamente, em grupos. Essa dinâmica imposta pelas instituições totais não se estabelece por acaso:

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é a orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros. (GOFFMAN, 1961, p.18)

A dinâmica da instituição total e sua forma de organização são pensadas para que a disciplina seja garantida. De modo que, para se garantir tal efeito, a vigilância sob os sujeitos deve ser possível.

No momento em que se insere na instituição, o sujeito passa por um processo de admissão que envolve a negação de si mesmo. A concepção que o sujeito tem de si, decorrente das relações sociais estabelecidas por ele durante a vida em liberdade, são negadas e suas concepções de si e dos outros são degradadas.

Goffman (1961) denomina esse processo de mortificação do eu:

Na linguagem exata de algumas das nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito



dos outros que são significativos para ele. (GOFFMAN, 1961, p.24)

Na prisão, assim como em outras instituições totais, o processo de inserção acarreta significativas mudanças na concepção que o indivíduo tem de si mesmo. Para que seja garantido que o sujeito se enquadre na dinâmica, organização e regras de determinada instituição, são realizados processos de apresentação do espaço e das normas a serem seguidas.

Neste processo de inserção na instituição, vários são os elementos que contribuem para a mortificação do eu do sujeito ingressante. No caso da prisão, os sujeitos ingressantes possuem seus objetos pessoais retirados; possuem seus cabelos cortados; suas roupas são confiscadas para que a partir daquele momento comecem a se vestir com o uniforme correspondente a instituição, começando a se desvincular de sua identidade pessoal. “No entanto, ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como os equipamentos e serviços com os quais mantém, o que provoca desfiguração pessoal” (GOFFMAN, 1961, p. 28).

A substituição de seu nome por outro tipo de identificação também faz parte da perda da identidade do indivíduo. Nas prisões isso é muito presente. Os sujeitos têm seus nomes ignorados pela equipe de profissionais. Assim que são inseridos na instituição tem sua nomenclatura em forma de número, de código. Seu pavilhão, sua cela, seu raio, se tornam seu endereço.

Outro elemento presente nas instituições totais sendo muito comum nas prisões é maneira que os sujeitos presos devem se referir à equipe e diretores. Goffman (1961) denomina isso de deferência obrigatória:

Assim como o indivíduo pode ser obrigado a manter o corpo em posição humilhante, pode ser obrigado a dar respostas verbais também humilhantes. Um aspecto importante disso é o padrão de deferência obrigatória das instituições totais; muitas vezes, o os internados são obrigados a, em sua interação social com a equipe diretora, apresentar atos verbais de deferência – por exemplo, dizendo “senhor” a todo momento. (GOFFMAN, 1961, p.30)

Na prisão estabelece-se uma relação de submissão dos sujeitos presos em relação à equipe que trabalha nos estabelecimentos penais. A deferência obrigatória aprofunda essa submissão na medida em que reafirma a posição superior dos chamados “senhores”. Esse elemento faz parte do conjunto de ações que compõem

o comportamento disciplinar desejado e imposto aos presos e presas.

Completando essa situação de submissão está a necessidade que existe nos estabelecimentos penais de os sujeitos presos pedirem o direito a fala. Além disso, ações que seriam comuns aos sujeitos se estivessem em liberdade são repreendidas e coibidas. A postura e ações dos sujeitos sempre serão critérios de análise para sua conduta e enquadramento na tão esperada disciplina.

Em primeiro lugar, as instituições totais perturbam ou profanam exatamente as ações que na sociedade civil têm o papel de atestar, ao ator e aos que estão em sua presença, que tem certa autonomia no seu mundo – que é uma pessoa com decisões “adultas”, autonomia e liberdade de ação. A impossibilidade de manter esse tipo de competência executiva adulta, ou, pelo menos, os seus símbolos, pode provocar no internado o horror de sentir-se radicalmente rebaixado no sistema de graduação de idade. (GOFFMAN, 1961, p.46)

Todos esses fatores acima citados contribuem para as dificuldades que os sujeitos encontram no momento em que saem das instituições totais. No caso dos egressos prisionais, a diminuição da autonomia, a mortificação do eu, a perda da identidade, a posição de submissão, a mudança de rotina, hábitos e costumes resultam nas muitas dificuldades enfrentadas pelos sujeitos quando se deparam com a liberdade.

Um dos desafios mais presentes na vida de egressos prisionais é o estigma que é gerado pela sociedade com relação a suas vivências, marcando essas pessoas e, muitas vezes, as impedindo de demonstrar mudança e superação da situação vivenciada.

Muito frequentemente, a entrada significa, para o novato, que passou para o que poderia ser um status proativo: não apenas sua posição social intramuros é radicalmente diversa da que era fora, mas, como chega a compreender se e quando sai, sua posição social no mundo externo nunca mais será igual a que era: Quando o status proativo é relativamente favorável, - tal como ocorre com os que se formam em internatos de elite, escolas para formação de oficiais, conventos aristocráticos etc. – podemos esperar reuniões oficiais de júbilo, com proclamações de “orgulho” pela escola. Quando o status proativo é desfavorável, - tal como ocorre com os que saem de prisões ou hospitais para doentes mentais - podemos empregar o termo “estigma”, e esperar que o ex-internado faça um esforço para esconder seu passado e tente “disfarçar-se”. (GOFFMAN, 1961, p.68)

Os sujeitos egressos do sistema prisional sempre lidarão com as marcas deixadas pela prisão.

Outro elemento importante que atinge não apenas os/as presos/as mas também os seus familiares é o que alguns autores denominam de sobrepena (Torres, 2010). Essa sobrepena vivenciada pelos presos se caracteriza basicamente pelas más condições de higiene dos presídios, superlotação das instituições penais e ausência de políticas públicas que garantam os direitos desta população, ou seja, além da pena estabelecida a ser cumprida a população sofre também com as más condições impostas ao seu cumprimento.

Com relação aos familiares, além de sofrerem com o afastamento do familiar encarcerado, a pena também é vivenciada por eles através das visitas e revistas vexatórias que os colocam em situações humilhantes, distância dos presídios, dificuldade em seu acesso e dificuldade financeira, ou seja, os familiares dos presos e das presas também sofrem com a institucionalização e tem que se condicionar às exigências e dinâmica da prisão.

Torres (2010) apresenta outras reflexões importantes sobre as consequências da institucionalização:

Todos os sujeitos partícipes da institucionalização padecem dos efeitos, da cultura da prisonização – que atinge profissionais em geral, agentes penitenciários, os presos e suas famílias -, da falta de condições de trabalho, da superlotação carcerária, da falta de recursos humanos e públicos para o sistema, da falta de uma política inovadora constituída para essa área. Porque é um efeito do aprisionamento nas condições brasileiras a violência nas prisões, a criminalidade, o tráfico, a rede de corrupções, as mazelas advindas dessas relações, que alimentam os estigmas para aqueles que trabalham, os que vivem o cotidiano nessa instituição, e para quem dela sai. (TORRES, 2010, p. 45)

A privação de liberdade provoca nos sujeitos profundas marcas que, muitas vezes, são carregadas para a vida inteira. A situação de confinamento implica a inserção destes sujeitos em um novo ritmo, em uma nova rotina, em novas atividades e até mesmo novos costumes. Quando é inserido no sistema prisional, a todo o momento, o sujeito é moldado de modo a perder a sua identidade e adaptar-se às novas regras. Quando em liberdade, o sujeito não está mais habituado com a dinâmica da sociedade livre, sem muros e celas.

É um desafio estar em liberdade em uma sociedade extremamente desigual. A luta contra o preconceito e estigma atribuídos a essas pessoas deve ser cotidiana, deve ser uma luta da sociedade como um todo, afinal, a vivência dos sujeitos em

liberdade, sua retomada de autonomia, trabalho, vínculos familiares e afetivos irão contribuir para a reconstrução de sua vida em liberdade e o seu retorno ou não às situações de conflito com a lei.

### 3 O/A PRESO/PRESA E O TRABALHO NAS PRISÕES BRASILEIRAS

E um fato novo se viu  
Que a todos admirava:  
O que o operário dizia  
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção:

Notou que sua marmita  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que seu macacão zuarte  
Era o terno do padrão  
Que o casebre onde morava  
Era a mansão do patrão  
Que seus dois pés andarilhos  
Eram as rodas do patrão  
Que a dureza do seu dia  
Era a noite do patrão  
Que sua imensa fadiga  
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!  
E o operário fez-se forte  
Na sua resolução.

Trecho de **O Operário em Construção** – Vinicius de Moraes

Para que seja possível compreender o significado do trabalho inserido nas instituições penais, neste capítulo serão abordadas diferentes interpretações sobre o trabalho penal na perspectiva de diversos autores.

Bitencourt (1993) desenvolve a interpretação do trabalho penal sob a perspectiva de Manuel Montesinos, Coronel que em 1835 foi nomeado Governador do presídio de Valência e foi o precursor do tratamento humanitário. Essa interpretação é pautada no entendimento do trabalho como o melhor instrumento para conseguir a reabilitação do preso. O meio mais funcional para colocar em liberdade indivíduos que entendam o valor do trabalho e sua importância para a vida em sociedade, como indivíduos trabalhadores.

Além disso, o autor refere-se a Montesinos como um defensor da ideia de que o trabalho penal deveria ser remunerado, pois assim os presos teriam interesse pelas atividades laborais. Incentivava a força competitiva das empresas da prisão, mas sempre destacando que, o trabalho penal deve ter uma função educativa e servir como ensinamento.

É possível notar que atualmente o trabalho continua sendo associado a uma estratégia para atingir o objetivo reabilitador da pena de prisão. Sua relação com alcance da chamada dignidade humana continua permeando o discurso de quem defende reformas para o sistema prisional.

Siqueira (2001) traz a reflexão que a legislação brasileira proporciona amplas garantias para proteção dos direitos humanos dos detentos. No entanto, destaca que:

Dentre as muitas mazelas criadas pelo modelo de sociedade desenhado e implementado no Brasil, pautado nos ditames do neoliberalismo, que traz consigo profundas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais para a classe trabalhadora e rural, implicações estas que têm afetado adversamente o mundo do trabalho, a legislação social e trabalhista, solapando as bases da educação e da saúde pública, constituindo uma sociedade que tem como marca as desigualdades sociais está o tratamento dado aos que ousam, praticando algum tipo de delito penal, desobedecer ao ordenamento legal de controle social imposto pelo Estado, ou seja, a lei. (SIQUEIRA, 2001, p.55)

Para o autor o/a preso/a sofre duplamente a exclusão social<sup>3</sup>, uma primeira que é a situação de exclusão que tem como fruto o encarceramento e uma segunda que se dá dentro do sistema, onde o preso sofre com todas as expressões que a exclusão social é capaz de produzir.

Para Dorneles (1992, apud SIQUEIRA, 2001) as contradições do sistema capitalista explicam o processo criminalizador com base na lógica de funcionamento da relação capital-trabalho:

A força de trabalho diretamente integrada à produção vive a desigualdade da relação entre o seu esforço e o benefício recebido, entre a energia gasta e a recompensa pela cessão do seu tempo de trabalho ao capital. A força de trabalho excedente, desempregada, se vê obrigada a garantir a sua

---

<sup>3</sup> Exclusão social, segundo Oliveira (1997): “não integração do mundo normal do trabalho, desnecessidade econômica e, em consequência, a possibilidade de serem eliminados”. (OLIVEIRA, 1997 apud SIQUEIRA, 2001, p.59)

existência através de artifícios e de estratégias de sobrevivência que vão do biscate ao crime. É a utilização dos meios ilegítimos para compensar a falta dos meios legítimos de sobrevivência. (DORNELES, 1992 apud SIQUEIRA, 2001, p.61)

Tratando-se a prisão como mecanismo medieval de punição, aplica-se a lógica do medo da prisão, medo da falta de liberdade e da realidade vivenciada pelo preso, como uma forma de controle das massas para manutenção da sociedade capitalista, no que se refere principalmente à segurança pessoal e do patrimônio: “para que a burguesia mantivesse a ordem estabelecida, era importante ter um instrumento capaz de proporcionar a disciplina e a ordem, e esse instrumento foi a prisão.” (SIQUEIRA, 2001, p.64)

Além disso, a prisão também é utilizada para manutenção do sistema capitalista na medida em que, “com o processo de industrialização se intensificando e com a necessidade de prover o parque industrial de mão-de-obra” (SIQUEIRA, 2001, p.64), a população ali selecionada foi sendo transformada em população trabalhadora.

A prisão passa a desenvolver um papel econômico de acordo com os interesses da sociedade burguesa, como apontou Foucault:

Os corpos dos condenados, mais do que punidos, deveriam ser transformados em corpos dóceis através de técnicas de correção, processos de treinamento, até se traduzirem em novos comportamentos, produtivos e socialmente úteis. A prisão foi projetada como uma empresa de modificações de indivíduos, assim como a escola, as oficinas, os quartéis (FOUCAULT, 1998 apud SIQUEIRA, 2001, p.64)

O autor aborda a questão da perda da identidade como parte do processo de inserção do sujeito no cárcere, visto que isso auxilia na domesticação do corpo. Aborda ainda a questão dos comandos como meio de resistência a essa perda de identidade. “Essa tendência de organizar-se como comunidade paralela é mais concreta nas prisões em que há uma ‘divisão social do trabalho’, hierarquia própria e código de ética rígido.” (SIQUEIRA, 2001, p. 66) A função moderna da pena privativa de liberdade estabelece como um de seus objetivos transformar a vida humana em força produtiva.

Siqueira (2001) dá ênfase à importância de se ter uma melhor compreensão sobre a categoria trabalho, ao tratar-se do mesmo nas prisões. Partindo da

perspectiva da análise marxista, o trabalho ocupa uma posição central na vida humana. O trabalho é inerente ao ser social, tem um caráter universal e histórico. O autor aponta a influência do modo de produção capitalista transformando-o em mercadoria. A venda de sua força de trabalho apresenta hoje a única maneira de a classe trabalhadora sobreviver. Nesta lógica, o trabalhador não se percebe no trabalho que executa e não se reconhece no produto de seu trabalho.

O autor aponta criticamente que o trabalho do preso trata-se da possibilidade de desenvolver uma atividade produtiva, redutora da pena. Foucault analisa que:

O trabalho penal possui um significado e um sentido útil à sociedade capitalista, não enquanto atividade que produz e reproduz certo sistema econômico, político e social, mas porque veicula um poder rigoroso, que traz, com efeito, a possibilidade aos infratores de, através do trabalho, reincorporarem regras, hábitos idealmente indispensáveis a um bom relacionamento social. (FOUCAULT, 1998 apud SIQUEIRA, 2001, p.67)

Neste sentido, o trabalho exerce uma função disciplinadora. Meio pelo qual se busca a disciplina e apreensão de regras e costumes que são indispensáveis para um convívio em liberdade que não atrapalhe os interesses do capital.

A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), em seu Capítulo III intitulado “Do Trabalho”, regula o trabalho interno e externo às instituições penais. Em seu artigo 28 ela esclarece qual a finalidade do trabalho exercido pelos/as presos/as: “Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

O trabalho do/a preso/a não está sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sua remuneração é feita mediante prévia tabela não podendo ser inferior a  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo. Em seu artigo 29, a LEP (BRASIL, 1984) determina ao que a remuneração dos trabalhadores/as presos/as deve atender.

A lei ainda estipula na Seção II artigo 31 que o/s preso/a condenado/a a pena privativa de liberdade é obrigado/a ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidades. O trabalho para o sujeito que cumpre esse tipo de pena pode ser exercido dentro ou fora do estabelecimento penal. Já para o preso provisório o trabalho não é obrigatório e só pode ser exercido dentro do estabelecimento penal.

Na realidade prisional brasileira, o trabalho não é oferecido a todos. Para que sejam escolhidos os possíveis trabalhadores é feita uma seleção pautada nos critérios de bom comportamento e disciplina. Ou seja, o acesso ao trabalho é tido



como regalia.

Vale ainda ressaltar que o trabalho dentro da prisão, como um direito do preso, deveria ter funções que extrapolassem o trato penal do condenado e a disciplina do cárcere. Mereceria ser aliado a uma política de assistência na qual o condenado pudesse vislumbrar a possibilidade de se ver reintegrado à sociedade, tendo o trabalho como instrumento capaz de despertar a sua capacidade criativa e sua força transformadora da natureza.” (SIQUEIRA, 2001, p. 69)

Segundo Chies (2002), houve uma alteração na concepção de trabalho na vida social, na transição da sociedade feudal para a sociedade moderna, que influenciou a noção de trabalho penitenciário que se tem hoje e do trabalho do preso em regime privativo de liberdade.

Essa alteração no conteúdo ético do trabalho e da prosperidade é fundamental para que numa sociedade que postula, ou se embasa, na igualdade formal de seus membros, mas que não dispensa a desigualdade concreta na vida social, e, portanto também numa sociedade em que o status sociais de seus membros já não são mais definidos e imutáveis por critérios tradicionais, metafísicos ou teleológicos (a nobreza, a vontade divina), estabeleçam-se noções de competência e competitividade, e, portanto de responsabilidade e mérito, relacionadas ao trabalho. (CHIES, 2002, p. 652)

A história da pena privativa de liberdade sempre esteve vinculada ao conteúdo ético do trabalho, que se faz necessário ao desenvolvimento da sociedade capitalista. No sistema penitenciário, que tem como principal objetivo “recuperar” o indivíduo que se inseriu no crime, prioriza-se o trabalho como principal elemento. Afirma, então:

A expectativa de um chamado tratamento penal e penitenciário, de cujas intervenções se extrai a principal finalidade de “recuperar” o apenado com vistas a sua reinserção social, modernamente então prioriza o trabalho como seu principal elemento. (CHIES, 2002 p. 654)

Isso se faz lógico, pois, dentro da lógica capitalista, o trabalho é meio legítimo de conquista da competência e da prosperidade.

Chies (2002) problematiza sobre a obrigatoriedade do trabalho ao preso, que consta no art. 31 da LEP (Brasil, 1984), mencionado anteriormente. A argumentação do autor pauta-se no entendimento de que a pena privativa de liberdade não é uma pena de trabalhos forçados, vedado pela Constituição de 1988 em seu art. 5º.

Ou seja, a obrigatoriedade do trabalho empregada ao sujeito que cumpre pena privativa de liberdade contraria a concepção de trabalho como um direito social

e individual e incorpora a ele um caráter punitivo.

Chies (2002) apresenta que a legalidade da remição<sup>4</sup> reafirma a legitimação da pena prisional, com relação à opinião pública, compatibilizando com a lógica de um sistema de punir progressivo e também no que tange a lógica do discurso fundamentado no “paradigma da recuperação” (CHIES, 2002, p. 656).

Para o jurista Mirabete que se referencia numa perspectiva conservadora da Lei de Execução Penal:

O trabalho tem seu sentido ético, como condição de dignidade humana, e assim assume um caráter educativo. Se o condenado já tinha o hábito do trabalho, depois de recolhido ao estabelecimento penal o seu labor irá manter o hábito, impedindo que degenere; se não o tinha, o exercício regular do trabalho contribuirá para ir gradativamente disciplinando-lhe a conduta, instalando na sua personalidade o hábito da atividade disciplinadora. Para a consecução dessa finalidade educativa, porém, o trabalho prisional deve ser organizado de forma tão aproximadamente quanto possível ao trabalho em sociedade. (MIRABETE, 1992 apud CHIES 2002, p.656)

Salla (1991) em sua pesquisa de mestrado, intitulada “O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões” apresenta sua experiência nas visitas que fez à Penitenciária do Estado (SP), destacando principalmente as características físicas e os tipos de atividades laborais desenvolvidas pelos presos: os que trabalhavam com um mestre de pintor; marcenaria; embalando lixas; costurando bolas; alfaiataria; “oficina” de vime e taboa; tipografia.

O autor interpreta essas atividades como “simples ocupação do tempo do preso”, pois, concretamente, eles não exerceriam essas atividades em liberdade. Em sua pesquisa relata: “encomendas de empresas e os preços pagos à força de trabalho do preso, por peça produzida ou montada, são administrados pela própria direção Penitenciária que fica com a maior parte dos rendimentos” (SALLA, 1991, p.23).

Considerando a análise de que o encarceramento é pensado visando a transformação dos indivíduos, entende-se que a prisão utiliza do trabalho, como um dos seus princípios básicos para o enquadramento dos indivíduos em uma nova

---

<sup>4</sup> Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984. Art.26: O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A lei determina que serão remidos 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias trabalhados.

forma de existência:

Há praticamente dois séculos, portanto, o trabalho penal vem se apresentando como um elemento constante do ordenamento da dinâmica prisional, no que se refere tanto à justificativa da perseguição do objetivo da regeneração-ressocialização dos indivíduos presos, como à garantia da disciplina cotidiana da prisão.” (SALLA, 1991, p.26)

Entretanto, historicamente o trabalho sofreu variações em sua organização, Salla (1991) realiza um retrospecto a esse respeito apresentando os seguintes regimes: trabalho em conjunto sob o regime de silêncio absoluto ou trabalho realizado nas celas, individualmente. Além disso, houve modificações no âmbito do envolvimento do setor privado na gerência do trabalho, interferindo em importantes questões como, remuneração, qualificação de mão de obra, tipos de produtos e serviços realizados. Referindo-se à organização, outra alteração se dá no destino do que é produzido através do trabalho penal: “para uso da própria prisão, para obras públicas ou agências governamentais; para o mercado livre.” (SALLA, 1991, p.26)

O trabalho pode ser entendido como instrumento de controle da massa carcerária, pois a ociosidade representa risco para a ordem institucional. E ainda, “pode fazer parte, também, da engrenagem de geração de recursos financeiros para a suavização dos custos que oneram os governos para a manutenção das prisões”. (SALLA, 1991, p.27)

O autor apresenta que, pertencente à lógica capitalista, o trabalho penal desenvolve uma função disciplinar. As propostas em relação ao trabalho penal frequentemente partem do pressuposto de que o trabalho constitui a essência do homem. Numa sociedade onde o trabalho exerce centralidade nas relações, dificilmente argumenta-se em sentido contrário. Isso ocorre também, pois, contrariar essa lógica implicaria em deslegitimar o argumento de que é através do trabalho que o indivíduo honestamente provê sua sobrevivência; se configuraria como defesa da ociosidade do preso sustentado pelo trabalho da sociedade; contrariaria a lógica que relaciona o trabalho à condição de cidadão:

Os corpos passaram a ser algo a adestrar, a qualificar enquanto força de trabalho. Esse papel da disciplina, de impor a submissão, de docilizar os corpos e ao mesmo tempo extrair deles o máximo rendimento é peculiar de instituições como a escola, a fábrica, a prisão (SALLA, 1991, p.34)

O autor apresenta o conceito de disciplina segundo Durkheim, que acredita que a regra é o instrumento que torna possível a liberdade. Ele retrata que as observações de Durkheim sobre a disciplina ajudam a entender a dinâmica da prisão e do trabalho penal. No conjunto das práticas “ressocializadoras” da prisão nota-se uma forte vertente do trabalho como possibilidade do indivíduo apreender as regras da sociedade, no que tange horários, relações hierárquicas, entre outras:

A recuperação é geralmente encarada, portanto, como um processo de aceitação consciente das regras que devem ser seguidas na sociedade. [...] É lógico que o trabalho penal, nesta mecânica, desempenha um importante papel, como meio pelo qual o indivíduo pode se recompor como sujeito moral. (SALLA, 1991, p.39)

Historicamente as “houses of correction” – controle da força de trabalho (educação e domesticação) – comuns, a partir do séc. XVII em países europeus influenciadas pelo protestantismo pregava o trabalho duro, como meio para a salvação. (SALLA, 1991, p.49)

Esse processo de consolidação da prisão como instrumento de punição, aliando a privação de liberdade com uma perspectiva “reformatória”, próprio da passagem do século XVIII para o XIX, representa uma mudança na própria organização do poder de punir. Afirma o pesquisador:

Enquanto aparelho de penalidade corretiva, a prisão busca como alvo o corpo, seus gestos e atividades, a alma enquanto sede dos hábitos e procura ainda exercer controle do tempo. (...) A técnica da instituição coercitiva volta-se não para o sujeito de direito, mas para o sujeito obediente, o indivíduo que se submete a ordens, regras e autoridade que sobre ele se exerce continuamente. (SALLA, 1991, p.54)

Segundo Salla, inaugurada em 1790, a Penitenciária de Filadélfia (Pensilvânia - EUA), por exemplo, não acarretava ao trabalho o foco da correção. Majoritariamente artesanal, o trabalho exercia função terapêutica. Não tinha função econômica e nem exercia sobre os presos o aprendizado de um ofício. Após uma grande demanda pela força de trabalho e o entendimento que o isolamento e o trabalho sem cunho econômico diminuía a capacidade para o trabalho que os presos possuíam, este modelo de prisão foi fracassado. A necessidade de trabalho para todos os presos propiciou a criação do modelo Auburniano.

Inaugurada em 1821 em Nova Iorque (EUA), a prisão de Auburn tinha em suas características um elemento nomeado de “silent system ou congregate system”, que representava a possibilidade de trabalho em conjunto durante o dia sob silêncio e o retorno para a cela no período da noite em regime de isolamento:

Ter introduzido um tipo de trabalho com uma estrutura relativamente similar à da fábrica, de abrir a possibilidade de envolvimento do setor privado participar da produção realizada no interior da prisão, e ainda de tornar possível a participação da produção prisional no mercado, gerando, pois, recursos financeiros para a amortização dos custos do encarceramento. (SALLA, 1991, p.65)

Nesse modelo, por questões estratégicas, substituiu-se a disciplina pautada na vigilância para a disciplina interna da organização do trabalho. O estímulo do trabalho por via dos privilégios substituiu o estímulo ao trabalho por meio de castigos e, “com isso, entra na execução penal a capacidade de trabalho como parâmetro real da boa conduta de um condenado.” (SALLA, 1991, p. 65)

O autor apresenta que os autores Rusche, Kirchheimer, Melossi e Pavarani analisam as relações entre punição – trabalho prisional – mudanças políticas e sociais. Neste sentido, o trabalho responderia às demandas e exigências econômicas. Sociedades com escassez de mão de obra incentivam treinamento da população carcerária para tal tarefa.

Segundo Melossi e Pavarani, a prisão “é uma fábrica de proletários, não de mercadorias” (MELOSSI e PAVARANI, 1985 apud SALLA, 1991, p.68) Neste sentido, a prisão visa ensinar os indivíduos a disciplina da fábrica. A prisão reafirma a lógica da sociedade de classes e garante que estes proletários não ofereçam perigo.

Há tempos é sabido que a prisão e o trabalho penal proporciona mais reincidência do que recuperação. Desde o século passado existem propostas de que o trabalho interno deva ser similar ao trabalho externo. Este movimento se deu, pois os trabalhos exercidos pelos presos eram diferentes dos realizados pelos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho (jornada, remuneração, entre outros) e que contrariava o elemento primordial que representa a recuperação de um condenado (no discurso da reabilitação), que é a reinserção no mercado de trabalho. As propostas são denominadas por Salla de “racionalização do trabalho prisional”. (SALLA, 1991, p.78)

No entanto, duas contradições estão presentes, segundo Salla, a respeito do trabalho penal: primeiro referente à ideia de reabilitar o condenado ou gerar recursos econômicos (SALLA, 1991, p.78). Neste sentido, a contradição é estabelecida, pois entende-se que o sujeito que está em processo de “reabilitação” compreende atividades além das laborativas (assistência, educação, acompanhamento psicológico) e isto acarretaria a saída da jornada de trabalho, o que contraria a lógica da produção que requer o envolvimento total deste trabalhador e sua dedicação integral. A segunda contradição: o elemento segurança como fundamental na dinâmica da vida prisional. Com isso, o trabalho também se submete a essa importância e também se torna um elemento para a “manutenção da ordem”.

Sendo assim, o “mundo do trabalho” dentro da prisão compreende não só as atividades vinculadas ao setor produtivo, mas também as de manutenção da própria instituição onde se está preso.

O autor aborda também elementos que dificultam a equiparação do trabalho externo ao trabalho no interior das prisões: os volumes da produção da indústria prisional; a rotatividade da mão de obra do preso e a dependência de contratos externos. Aponta que o que é produzido na prisão nem sempre tem boa aceitação por parte do mercado, o que pode ser considerado pela defasagem na qualificação profissional.

Outra questão importante que Salla coloca em relação à equiparação das condições de trabalho da prisão com outras empresas é que a diferença está contida, também, na oferta da mão de obra. Ele coloca que no “mundo do trabalho livre” os trabalhadores possuem alguma flexibilização nas suas escolhas. Já na prisão, o preso não possui (quase nenhum) poder de decisão sobre o trabalho a ser desenvolvido, isto compreende a determinação da administração do presídio. Numa grande maioria dos casos, preferência, experiências anteriores e potencialidades não são consideradas, contrariando a legislação vigente. (SALLA, 1991, p.82)

Mais uma questão para a não similaridade do trabalho do preso com o do trabalhador livre são as leis e normativas que impedem a organização dos trabalhadores presos, ou seja, a não concretização desses sujeitos no “status de trabalhador”:

Isso compreenderia a possibilidade de organização interna, por parte dos presos, filiação dos trabalhadores a sindicatos da categoria, acesso a

benefícios previstos pela legislação trabalhista mais ampla, negociações coletivas dos patamares salariais, indenizações, aspectos de segurança no trabalho e as demais condições que, em geral, são pontos de negociação empregado-trabalhador. (SALLA, 1991, p.86)

Finalizando com outro estudo de Salla, o pesquisador aponta o equivocado senso comum de que os sujeitos presos não possuem “hábito para o trabalho”. Mesmo com a compreensão da função social da prisão de diferentes perspectivas – a primeira, compreendendo a função de adestrar e manter os indivíduos na condição de proletários e a segunda, compreendendo a prisão como mecanismo fundamental para criação da delinquência e gestão diferenciada das ilegalidades – o trabalho desempenha um papel importante na dinâmica prisional (Salla, 1991).

A tendência parece favorecer a análise foucaultiana segundo a qual a prisão produz uma delinquência, mais do que exerce um papel econômico-produtivo. Ao invés de fabricar proletários, como supõe a análise de Melossi acima exposta, a prisão atua no recorte das ilegalidades, especificando a figura do delinquente. O trabalho penal, assim, é uma inutilidade, não pode e não consegue ter um caráter educativo; configura-se, antes e acima de tudo, como uma relação de poder, um esquema de submissão individual. (SALLA, 1991, p. 88)

O trabalho desenvolve importante papel no contexto prisional. Como mencionado acima, mais do que um papel econômico, ele desempenha um papel de controle. Controle dos indivíduos, de suas ações, de seus gestos, de seu tempo ocioso, de sua relação com os demais presos. Através dele podem-se evitar agitações, rebeldias e o planejamento de rebeliões.

Devido à sua importância na dinâmica prisional o trabalho penal sempre esteve como uma das principais preocupações nas estratégias de reforma do modelo prisional:

Desde a instalação dos modelos de Auburn e Filadélfia, o trabalho penal foi, em geral, colocado como ponto em torno do qual a prisão poderia atingir os seus objetivos declarados de reabilitação dos indivíduos condenados. Aperfeiçoar a organização e funcionamento do trabalho penal foi constantemente apresentado como solução possível para o “fracasso” da prisão em relação àqueles objetivos. (SALLA, 1991, p. 135)

Neste sentido, para atingir-se o objetivo de reabilitar o preso requalificando-o, a tendência dos projetos de reforma trata de atribuir as características e condições do trabalho externo ao trabalho desenvolvido no interior das prisões. Contudo, a dinâmica e a lógica do funcionamento prisional não permitiram que as alterações

propostas se efetivassem e alterassem a perspectiva e papel do trabalho nas prisões.

Em praticamente todos os aspectos (volume de produção, oferta de mão-de-obra, remuneração, produtividade), que imprimiram maior racionalidade, dinamismo e eficiência à prisão e ao trabalho penal, as propostas de similaridade nas condições deste com o trabalho em geral sucumbiram à solidez das muralhas ou foram assimiladas pela dinâmica das prisões, sem provocar, nestas, alterações significativas (SALLA, 1991, p.136)

A produção teórica de Salla, já nos finais da década de 1980, apontava para os avanços da privatização dos presídios, defendida pelos que alegam uma irracionalidade do Estado no que se refere à gestão desses estabelecimentos (orçamento, gastos, administração, insuficiência dos programas de emprego, etc). A privatização, para eles, soa como a melhor alternativa para a incompetência estatal.

Para o autor, neste contexto de procura de formas mais efetivas para a reabilitação da população carcerária, surgiu uma corrente de acusações ao papel do Estado na gestão dessa população. Abriu-se espaço para o envolvimento da sociedade civil e do setor privado em questões que anteriormente tinha a atuação apenas do Estado. Uma nova perspectiva pairou sobre a visão dos reformistas chamada de privatização das prisões e com ela era possível reestabelecer a perspectiva de tornar o trabalho prisional similar ao das empresas.

Neste contexto, ocorreu uma intensificação no encarceramento, pois a tendência de privatização das prisões possibilitou a construção de novos presídios, o que resulta na abertura de mais vagas e no enfraquecimento de estratégias e alternativas a essa forma de punição. O discurso da irracionalidade e ineficiência do Estado em contrapartida possibilitou o discurso de que a prisão, com esta nova estratégia de gestão, retoma sua eficiência.

Não se encontrou referência segura de que uma gestão de prisões, por parte do setor privado, tenha feito cair os índices de reincidência criminal e penitenciária, nem mesmo que os presos participantes dos programas de trabalho sob condução de empresas privadas tenham tido melhor sorte no mercado de trabalho. Muito pelo contrário, a prisão, também neste caso, impõe seus limites à privatização. Sua dinâmica resiste às investidas de uma racionalidade que procura torná-la modelo de eficiência produtiva, conservando, portanto, suas próprias características. (SALLA, 1991, p. 137)

A prisão continuou cumprindo papel fundamental na sociedade contemporânea e com a política de privatização das prisões, apesar da não



comprovação de sua maior eficiência comparada à gestão Estatal, sua utilização como forma de punição intensificou-se. A prisão continua tendo papel central no controle das atividades e servindo como referencial de punição.

É bem provável que a prisão continue a ter um “espaço” garantido na gestão diferenciada das ilegalidades, tendo como alvo prioritário a contenção das ilegalidades populares. Dentro da categoria “popular”, hoje, estão principalmente os grupos sociais formados pelos estratos desqualificados da classe trabalhadora e também pelas nacionalidades, pelos grupos étnicos e, enfim, por todos aqueles segmentos “marginais” e produzidos como tal pela sociedade, sobre os quais recai a maior parte das ações do aparelho policial e consequentemente do punitivo através da prisão. (SALLA, 1991, p. 138)

Aliado à função econômica e disciplinar, o trabalho penal também é caracterizado pelo discurso do trabalho como essência da existência humana. Neste sentido, o seu incentivo pauta-se na necessidade de que a população carcerária vivencie a experiência laborativa para que entenda o valor do trabalho e se adeque ao conjunto social, regras e valores da sociedade e assim, possa regenerar-se enquanto sujeito.

O trabalho penal constitui-se instrumento privilegiado, de um lado, para essa mecânica de controle dos desejos, dos impulsos voltados tão somente para os interesses do indivíduo. E, de outro, para a estruturação da condição considerada básica para a “inserção” do indivíduo na sociedade que é o trabalho. (SALLA, 1991, p. 140)

É necessário pontuar que, as estratégias de reforma da prisão não rompem com a sua lógica disciplinadora e punitiva, ao contrário, elas servem para aparentemente minimizar seus danos, mas na realidade intensificar a prática punitiva. A estratégia de privatização das prisões não rompe também com a lógica da existência dessa instituição, configura-se apenas como estratégia para ampliar os recursos para que ela seja mantida e que seu objetivo continue sendo atingido.

#### **4 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS NAS PRISÕES**

Para compreender as características do trabalho do/da preso/presa e sua contribuição para a recolocação destes sujeitos no mercado de trabalho, é necessário que se faça um panorama do mundo do trabalho, analisando seu contexto atual e as relações nele estabelecidas, para que se possa compreender as dificuldades encontradas pelos sujeitos que cumpriram pena privativa de liberdade de se (re)inserirem no mercado de trabalho.

Dois importantes fatores contribuem para as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos na busca pela recolocação profissional: ausência de formação educacional básica e/ou profissional e o estigma reproduzido pela sociedade com relação à população egressa do sistema prisional.

Os dados referentes à população carcerária e sua escolaridade já foram abordados no item 2.2 deste trabalho, mas vale lembrar que em dezembro de 2012, segundo os dados do DEPEN, o nível de escolaridade mais comum entre os sujeitos presos era o ensino fundamental incompleto. Os efeitos do estigma produzido pela sociedade também já foram abordados no 2.3 deste trabalho.

Atualmente os cidadãos encontram dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho devido às mudanças decorrentes das últimas décadas ocorridas no mundo do trabalho. A procura por uma qualificação profissional que possibilite a inserção em melhores empregos é prioridade na vida de muitas pessoas, pois, em contrapartida, as empresas e outras instituições empregadoras esperam de seus funcionários currículos promissores.

É certo que a população egressa do sistema carcerário enfrentará essas e outras dificuldades, devido a uma falta de formação básica/profissional, ao estigma que a sociedade reproduz em relação a esses sujeitos, e também, ao não acesso ao trabalho no período em que esteve em privação de liberdade. Ainda que este acesso seja garantido, na maioria das vezes este trabalho não possibilita aos sujeitos a oportunidade da recolocação profissional quando em liberdade devido às características precárias dos trabalhos oferecidos. Além de que, quando em liberdade, os/as egressos/as não conseguem se inserir em empregos similares aos desenvolvidos na prisão.

É imprescindível, para se entender as dificuldades de inserção do trabalhador(a) preso(a) no mercado de trabalho quando em liberdade, que se compreenda as transformações ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo.

O trabalho é algo inerente ao ser social, tem um caráter universal e histórico. É através do trabalho, da modificação da natureza, que o homem se transforma e transforma o que há sem sua volta. Através dele o homem provê seu sustento. A forma de produção capitalista se apropria do trabalho, que ocupa uma posição central na vida humana, alienando-o e transformando-o em mercadoria. Aplica-se a ele um valor de compra e a venda da sua força de trabalho em troca de um salário é a forma encontrada pela classe trabalhadora de sobreviver e prover seu sustento.

O mundo do trabalho também sofre mudanças decorrentes da reprodução deste modo de produção na sociabilidade capitalista e da lógica neoliberal, que Antunes (2009) chama de *subproletarização* do trabalho. Neste sentido, ocorrem fragmentação, flexibilização, terceirização e precarização do trabalho; subcontratação e aumento de trabalhadores vinculados à economia informal. Aliado a isso o trabalhador brasileiro enfrenta o desemprego e a instabilidade nos empregos, que influenciam a ida do trabalhador para o mercado informal, desregulamentado e desprotegido socialmente.

Antunes (2009) apresenta que, em decorrência das transformações ocorridas nas últimas décadas, o mundo do trabalho vivenciou o que ele denomina de heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho. Novas formas de organização e contratação passaram a surgir, como por exemplo, trabalho precário, parcial, terceirizado, subcontratado e relacionados à economia informal.

Efetivou-se também uma expressiva “terceirização” do trabalho em diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se igualmente uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Em síntese: houve uma desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 207)

Na análise de Antunes (2009) ocorreu-se nos países de capitalismo avançado uma diminuição da classe operária fabril, o que o autor denomina de desproletarização. Em contrapartida, ocorreu o aumento de diversas formas de

trabalho precarizado que rebate diretamente na vida dos trabalhadores, em suas condições de trabalho e em seus direitos.

Marcio Pochmann (2006) analisa a natureza e a dimensão da crise do emprego no Brasil, vivenciada nos anos 1990 e que podemos afirmar, vem configurando o cenário do mundo do trabalho brasileiro, através do movimento de desestruturação do mercado. O autor apresenta três fatores que compõem este movimento de desestruturação: desemprego em massa, desassalariamento e aumento das ocupações precárias.

Para que se compreenda melhor esses fenômenos e seus rebatimentos no trabalho exercido pelo/a preso/a e na sua recolocação no mercado de trabalho quando em liberdade, se faz necessário aprofundar esses três processos citados pelo autor.

O Brasil vivenciou nos anos 1990 um fenômeno de desemprego em massa que atingiu praticamente todos os segmentos sociais. Nesta década, o país se inseriu no bloco dos quatro países com maior número de desempregados do mundo. Ainda em 2002, o Brasil se encontrava em 4º lugar no ranking mundial.

O fenômeno do desassalariamento corresponde a uma diminuição dos postos de trabalho formais, o que acarreta a diminuição do emprego assalariado no total das ocupações. Esse processo se dá devido à redução dos empregos assalariados com registro. E ainda, o aumento das ocupações informais não supriu a quantidade de desempregados decorrente da perda das vagas com registro.

Pochmann (2006) apresenta que, nas duas últimas décadas do século XX, houve um grande aumento das ocupações com baixa produtividade e condições de trabalho precárias.

Deve-se notar, por exemplo, que as ocupações por conta própria podem ser muitas vezes identificadas como uma das novas formas de inserção ocupacional moderna, especialmente no caso do trabalho autônomo para a grande empresa, pois surgem em condições de remuneração e de trabalho mais favoráveis (técnicos especializados e mão de obra com alta escolaridade, com grande experiência profissional). No Brasil, no entanto, o trabalho por conta própria que realmente tem se expandido é o tradicional, mais conhecido por trabalho autônomo para o público, que se caracteriza, em geral, por ser portador de condições de trabalho e de remuneração precárias. (POCHMANN, 2006, p. 61)

Com isso, a partir dos anos 1990 o processo de precarização do trabalho acentuou-se. E em consequência os trabalhadores têm suas condições de trabalho e garantia de direitos prejudicadas e desmontadas pela lógica neoliberal.

Cabe destacar um fenômeno que Pochmann (2006) analisou e que é fundamental para se compreender as dificuldades de inserção do/da preso/presa no mercado de trabalho. O autor apresenta que historicamente o país atravessou uma alteração na composição do desemprego. O desemprego era um fenômeno que atingia parcela definida da sociedade e passou a ser um fenômeno que atinge praticamente todos os segmentos sociais. A população anteriormente atingida pelo desemprego era selecionada, sendo em sua maioria “jovens, mulheres, negros e pessoas sem qualificação profissional” (POCHMANN, 2006, p. 62) Após essa reconfiguração ele passa a atingir inclusive a população com maior escolaridade.

A reflexão pauta-se principalmente neste elemento. Se a parcela da população que possui escolaridade básica e formação profissional encontra, há décadas no país, dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho, e também é submetido à condições precárias de trabalho, é de se compreender que a população carcerária enfrente mais dificuldades ainda para sua recolocação, devido a muitos agravantes: a população carcerária permanece fora do mercado de trabalho por vários anos devido a prisão provisória e/ou cumprimento da pena; quando possuem acesso ao trabalho exercem em grande maioria atividades que não lhes oportunizam a colocação no mercado de trabalho quando em liberdade; estigma e a reprodução social do preconceito com relação ao chamado crime e pela punição (ainda mais acirrada se for a privação de liberdade).

## 5 METODOLOGIA DA PESQUISA, A PESQUISA E SUAS ANÁLISES

### 5.1 Metodologia da pesquisa

O presente Trabalho de Conclusão de Curso partilha da abordagem qualitativa de pesquisa. A escolha por essa abordagem se deve ao fato de que a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador responder a questões da realidade vivida e partilhada pelos indivíduos e compreender seus significados. Como afirma Minayo:

O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2012, p.21)

Para realização desta pesquisa, primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto. Produções de outros pesquisadores foram estudadas para que se compreendesse melhor o universo do tema escolhido, houvesse uma maior apropriação da questão norteadora da pesquisa e também para que se pudesse partir do conhecimento teórico para analisar os resultados do trabalho de campo realizado posteriormente, articulando os elementos trazidos pelos sujeitos com as hipóteses formuladas no início da pesquisa.

Após revisão bibliográfica, o segundo momento foi de realização do trabalho de campo. Este momento da pesquisa possibilita ao pesquisador articular suas hipóteses e referencial teórico estudado com a realidade empírica. Segundo Minayo (2012):

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2012, p.61)

Se faz importante destacar também, que a pesquisa social, materializando-se neste caso através do trabalho de campo não possuem neutralidade. Neste sentido, Minayo (2012) apresenta que:

Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as

preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos como o modo como vai recolhê-los. Esse cuidado é necessário porque o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade. Essa interferência faz parte da própria natureza da pesquisa social que nunca é neutra. (MINAYO, 2012, p. 63)

Por entender a interação entre o(a) pesquisador(a) e o sujeito pesquisado como elemento importante para a realização da pesquisa, e também por compreender a fala dos sujeitos como a expressão de uma realidade, de suas crenças, valores e pensamentos sobre determinado assunto, dentre as diversas técnicas possíveis para realização de trabalhos de campo utilizou-se neste trabalho o recurso da entrevista.

Neste caso, a entrevista, de classificação semiestruturada, foi baseada em um roteiro<sup>5</sup> composto por três questões norteadoras. O objetivo foi nortear a participação dos sujeitos entrevistados através das questões propostas, mas deixando-os discorrer livremente sobre outras questões que considerassem pertinentes ao que lhes foi indagado.

Foram realizadas duas entrevistas com dois egressos do sistema prisional que tiveram a experiência de trabalhar durante suas vivências no sistema prisional. Os sujeitos entrevistados foram abordados na saída de uma unidade da Central de Atenção ao Egresso e Família (CAEF)<sup>6</sup> situada na cidade de Santos, estado de São Paulo, e foram convidados a participar da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e tiveram o consentimento dos dois sujeitos, comprovado mediante prévia assinatura de ambos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>7</sup>.

## 5.2 A pesquisa e suas análises

Neste item, as informações trazidas pelos sujeitos serão analisadas e interpretadas articulando os elementos levantados na entrevista com o referencial teórico estudado durante a produção deste trabalho. A análise será feita com base

---

<sup>5</sup> O roteiro utilizado para realização das entrevistas pode ser conferido no Apêndice A disponibilizado ao fim deste trabalho.

<sup>6</sup> A CAEF operacionaliza o atendimento aos egressos do sistema prisional e seus familiares, previsto no Programa de Atenção ao Egresso e Família, inserido na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

<sup>7</sup> Modelo do TCLE pode ser visto no Apêndice B também disponibilizado ao fim deste trabalho.

especialmente na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) que, entre outras coisas, regulamenta os direitos e deveres da população carcerária.

Para que a análise dos dados permita melhor compreensão por parte dos leitores, inicialmente serão apresentadas as características dos dois sujeitos entrevistados, preservando suas identidades e atribuindo a eles nomes fictícios. Posteriormente serão problematizados os elementos considerados mais pertinentes para que o objeto da pesquisa e sua questão norteadora sejam explorados e possivelmente respondidos no decorrer desta análise.

Para tal, foram definidos três temas centrais a serem discutidos nesta análise, que se relacionam diretamente com as perguntas norteadoras feitas aos sujeitos no momento da entrevista e com as respostas dadas por eles. Ou seja, além da inicial apresentação das características dos sujeitos, serão analisados: os tipos de trabalho exercidos pelos egressos bem como suas características; os direitos assegurados a esses trabalhadores; as possibilidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho oportunizadas pelo trabalho desenvolvido no sistema prisional.

Foram entrevistados dois sujeitos egressos do sistema prisional que, para que seja garantido o sigilo assegurado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por eles, serão nomeados de Marcos e João.

João tem 27 anos e fez parte dos 231.429<sup>8</sup> presos que possui o ensino fundamental incompleto, tendo estudado até a 5ª série. João foi reincidente e entre uma prisão e outra cumpriu ao todo sete anos de reclusão. Já esteve em Centro de Detenção Provisória (CDP) e em Penitenciária, já cumpriu pena em Regime Fechado e em Regime Semiaberto. João está em liberdade há cinco meses e há 5 meses ele está desempregado.

Marcos tem 21 anos. Esteve preso por um ano aguardando julgamento em um Centro de Detenção Provisória (CDP). Eis que chegou o tão esperado dia. Marcos foi absolvido. Ele compôs os 32%<sup>9</sup> da população carcerária que cumpre pena sem ter tido julgamento, denominados de presos provisórios. Está em

---

<sup>8</sup> Dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), do Departamento Penitenciário Nacional, referentes a dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/acesso-a-informacao/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-analiticos-do-sistema-prisional>> Acesso em: 13 nov. 2014

<sup>9</sup> Dados Referentes ao Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça em junho de 2014. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf)> Acesso em: 05 dez. de 2014



liberdade há um mês e há um mês está desempregado.

Indagados sobre o trabalho desenvolvido durante o tempo em que estiveram presos os dois sujeitos expuseram quais os tipos de trabalho e suas características.

João relatou ter trabalhado na cozinha do presídio lavando panela, cumbuca e fazendo comida, e também em uma oficina onde costurava redes de vôlei e de capacete. Relatou também que, apesar de não ter tido essa experiência, o trabalho de confecção de bola também era disponibilizado aos presos.

Marcos trabalhou no que denomina de faxina. Suas atividades eram basicamente recolher o lixo e limpar o pátio. Relatou que no CDP não há oportunidades de trabalho como em algumas penitenciárias. Em trecho da entrevista ele alegou:

Assim, na faxina, como eu posso te dizer? É a gente fazia, não tinha uma coisa fixa entendeu? Não é, porque como era CDP, ou às vezes pagava boia ou se não, vai, aí fazia a faxina do pátio, entendeu? É... recolhia o lixo. É... Essas coisas básicas entendeu? Porque é dentro do raio, é habituada dentro do raio, então trampo, trampo, trampo mesmo não tinha [grifo nosso]. Que nem vai, nas “penita” mesmo, já de costurar bola, essas caminhada não tinha. Entendeu? Aí eu fazia um pouquinho de tudo, era um pouco de tudo, entendeu? (MARCOS)

Foi possível notar nas duas entrevistas que os sujeitos entendem que os Centros de Detenção Provisória não oferecem trabalho aos presos provisórios. O próprio Marcos, questionado sobre o trabalho que desenvolveu não manifestou entendimento da atividade da faxina como um trabalho em comparação, por exemplo, aos desenvolvidos nas penitenciárias.

Esse fato contraria o Parágrafo Único da Seção II da LEP (BRASIL, 1984), que diz: “Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento”. Entende-se que, quando a lei se refere a não obrigatoriedade ao trabalho a interpretação pode ser aplicada tanto no que se refere ao preso provisório não ser obrigado ao trabalho quanto aos estabelecimentos não serem obrigados a oportunizarem o trabalho.

Apesar de não haver obrigatoriedade legal de garantir o trabalho para o preso provisório, esse deveria ser garantido a todos os que por ele se interessar. Além de estarem presos, ou seja, cumprindo pena privativa de liberdade sem antes terem sido julgados, esses sujeitos não possuem a possibilidade de acesso ao trabalho o que gera consequências para a recolocação desses sujeitos caso sejam absolvidos,

como foi o caso de Marcos. O acesso ao trabalho seria a oportunidade de possibilitar a esses sujeitos experiência profissional para se recolocarem no mercado de trabalho com menor dificuldade caso sejam absolvidos e, caso sejam condenados o direito ao trabalho já teria sido garantido desde o começo do cumprimento da pena.

A LEP (BRASIL, 1984) em seu Art. 32 afirma que “na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho”. O que se constata são oportunidades de trabalho precárias e extremamente limitadas que não priorizam as necessidades futuras e não condizem com as habilidades e potencialidades dos sujeitos presos, não as considerando no momento da escolha para determinadas oportunidades de trabalho.

Ambos os entrevistados manifestaram que as oportunidades de trabalho disponíveis nos estabelecimentos penais não são para todos os presos e que há alguns critérios para seleção, como é possível constatar nos seguintes trechos:

Não, na verdade não tem trabalho pra todo mundo, eles não botam trabalho pra todo mundo, entendeu? Eles escolhem as pessoas, entendeu? (JOÃO)

A, eles escolhem tipo assim, a pessoa que eles acha que é melhor pra trabalhar e eles bota pra trabalhar, entendeu? É, tipo, dá preferência pra algumas pessoas e pra outras não. Entendeu? Quer dizer, um monte de gente fica parado sem fazer nada. Tem uns que não quer por espontânea vontade, mas tem um monte que quer e não consegue. Entendeu? Eles não dão oportunidade. (JOÃO)

É, é pra poucos. Se reclamar nem trabalha. E é assim, isso aí depende dos diretor, das pessoas que tã por trás disso tudo aí. Entendeu? Não adianta não, entendeu? É pra alguns. Eu acho que todos tem que ter o direito, né? (JOÃO)

Neste sentido, a realidade informada pelos entrevistados, em especial o João, viola também o inciso II do Art.41 da LEP (BRASIL, 1984) que se refere aos direitos dos presos, que garante: “II – atribuição de trabalho e sua remuneração”, pois as ofertas de trabalho são insuficientes e sendo assim não contemplam todos os presos.

Questionados sobre a remuneração que receberam pelos serviços prestados, ambos citaram a remissão de pena pelo trabalho, garantida pelo Art.126 da LEP (BRASIL, 1984): “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou

semiaberto poderá remir, por trabalho ou estudo, parte do tempo de execução da pena.” A proporção da quantidade de dias trabalhados para a quantidade de dias remidos é estabelecida pelo inciso II do parágrafo 1º deste mesmo artigo: “1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho”. Neste sentido, os entrevistados declararam:

É, a questão da remissão também. É...que nem, eu já passei na cozinha. Teve uma vez que eu não tive remissão nenhuma, fui puxar lá e não tava tendo remissão nenhuma. Eu não sei o que fizeram com a remissão. E me pagavam um real por mês. Um real por mês. (JOÃO)

A sempre vinha, sempre vinha remissão de pena. Aí nós assinava. (MARCOS)

Ao trabalho exercido por Marcos não foi dada remuneração em dinheiro, ele teria seus dias trabalhados remidos caso tivesse sido condenado. Sobre a remuneração pelo seu trabalho realizado na oficina de rede, João relatou:

Sim, caía uma miséria pra mim. Isso foi da outra passagem. Agora, dessa vez ainda, é que nem... pô, fazia é, vamos se dizer assim, umas quatrocentas rede, caía 30 reais.

Sobre a remuneração do trabalhador preso a LEP (BRASIL, 1984) em seu Art.29 garante que: “O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo.” Atualmente, o valor do salário mínimo é de R\$724,00. Ou seja,  $\frac{3}{4}$  do atual salário mínimo compreenderia R\$543,00. A informação dada por João sobre o seu pagamento se baseou na quantidade de redes produzidas e no valor restante de seu salário que era utilizado para a constituição do chamado pecúlio.

A LEP (BRASIL, 1984) em seu Art. 29 parágrafo 1º, afirma:

O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

Neste mesmo artigo, agora no parágrafo 2º ela pontua:

Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

O objetivo do pecúlio é proporcionar ao egresso uma estabilidade econômica no momento da saída do estabelecimento penal. Contudo, a porcentagem destinada ao pecúlio, baseada em remunerações extremamente baixas, constituirá um valor irrisório perto de todos os desafios colocados ao egresso quando retoma sua liberdade.

Em trecho da entrevista realizada com João, o egresso menciona que as redes produzidas na oficina dentro da unidade prisional era direcionada a empresas, o que afirma a presença da iniciativa privada e sua apropriação sobre a mão de obra da população carcerária. Como podemos analisar:

A é, empresa deles mesmo. Da cadeia mesmo, deles. É...tipo assim, né...eles faz a empresa deles ali né...faz o negócio deles e manda pras empresas. Faz a oficina deles lá. Entendeu? Mas não é justo porque eles não pagam o preço correto pra pessoa se manter. O preço mesmo, entendeu? (JOÃO)

Questionados sobre a assistência à saúde dada aos trabalhadores em caso de acidente e/ou doença ocasionados pelo trabalho, eles afirmaram:

Não, não. Não tem assistência. Já vi cara se machucando e não tem assistência nenhuma. Só vai o que? Na enfermaria... na enfermaria o atendimento às vezes é precário. As pessoas não atendem bem, entendeu? Porque eles mesmos não deixam as pessoas ser atendida bem. A pessoa, quer dizer, fica como? (JOÃO)

Não. É precário de tudo. A verdade é que assim, cadeia, geralmente é precário de tudo. Mesmo se você tiver dando um trampo lá dentro, não tem assistência médica, não tem uma atenção devida, não tem...como eu posso explicar!? Não tem medicação, entendeu? Tem muita gente que, vai...porque é precário mesmo de até de colchão vai, quando você vai dormir, o colchão é tão fino que tem gente que pega TB e acaba morrendo lá dentro porque não tem atenção lá dentro, entendeu? Atenção devida. (MARCOS)

As falas dos entrevistados confirmam a realidade precária dos presídios

brasileiros e afirmam as violações de direitos presente nos estabelecimentos penais. No que se refere ao acesso à saúde, a LEP (BRASIL, 1984) afirma em seu Art.14: “A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico”. Neste mesmo artigo, em seu parágrafo 2º a lei garante: “Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento”.

Neste sentido, questionamos João a respeito da possibilidade do estabelecimento penal se responsabilizar por providenciar transporte para o acesso dos presos que necessitam de atendimento médico à uma unidade de saúde. Ele relatou:

Difícil. Difícil. Tem que esperar, senta e espera. Isso se a pessoa não morre. Muitas pessoas já morreram lá dentro já. Eu já vi um monte morrer. (JOÃO)

Uma das questões centrais desta pesquisa é compreender se o trabalho exercido pelos presos no sistema prisional auxilia na recolocação profissional dos mesmos quando retomam sua liberdade. A resposta de ambos foi negativa. O que é confirmado pelo fato de os dois estarem desempregados. Eles afirmaram:

Não, não, não. Aí eu falo mais assim, por parte de cozinha, né? A rede até agora eu não consegui arrumar um serviço. Tá difícil, to correndo atrás, to batendo nuns lugar aí, tá difícil. Tenho passagem, entendeu? Fica difícil pra mim. Mas eu to correndo atrás ainda. Eu vou conseguir aí um serviço legal, tenho fé. To na batalha. Mas assim, serviu sim a experiência com os colegas, com os companheiros que tavam lá e que já tinham um aprendizado. Na cozinha também, né? Fazer um feijão legal, um arroz, entendeu? (JOÃO)

Não. Não. Certeza que não porque...vou falar pra tu, lá dentro é um ritmo aqui fora é outro, entendeu? E num... mesmo que nós dê um trampo lá dentro nós sai aqui pra fora o ritmo é diferente, entendeu? Pode influenciar no que, se você for preso a única coisa que vai influenciar é você não fazer a mesma coisa que você fez pra você voltar pra lá. Mas o restante não, não influencia em nada não. Pra mim não. Agora eu não sei pras outras pessoas. Entendeu? (MARCOS)

Nas duas falas podemos perceber os efeitos da prisionalização já abordados neste trabalho. João através de sua fala traduz a dificuldade dos egressos prisionais de conseguir emprego. A expressão “Tenho passagem, entendeu?”, remete ao estigma reproduzido pela sociedade em relação aos egressos. Isso dificulta não apenas a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, mas também as relações

interpessoais estabelecidas antes e depois da vivência da prisão.

Já na fala de Marcos, especificamente no trecho “lá dentro é um ritmo aqui fora é outro, entendeu?” é possível notar que agora em liberdade ele vivencia a diferença da dinâmica e organização externas a prisão, o que caracteriza um dos efeitos da institucionalização.

Através das falas dos sujeitos entrevistados é possível perceber que o trabalho desenvolvido por ambos dentro do sistema prisional não possibilitou e não auxiliou a recolocação destes no mercado de trabalho.

Por optar por uma entrevista de característica semiestruturada foi possível questionar João sobre o posicionamento dos presos em relação aos direitos violados expostos em nossa conversa. Foi-lhe perguntado se eles e os presos questionavam a não garantia desse e de outros direitos. A resposta foi curta e precisa:

Não questionava porque eles dão o espaço pra tá questionando isso aí.  
(JOÃO)

Por fim, João expressou seu posicionamento a respeito do momento que está vivenciando e da importância da assistência ao egresso:

É, entendeu. Eu acho que tem que ter mais assistência, nós tá precisando sim. Principalmente o cara que tá saindo agora, porque, que nem agora, eu to...eu to, procurando um serviço e tudo. Na minha mente passa um monte de besteira pra eu fazer, mas é que eu to sendo forte, entendeu? To querendo um serviço, to determinado. Mas pô, to duro, sem dinheiro, preciso comprar minhas coisas, minhas higiene pessoal. Preciso...né? Preciso levar minha vida aí pra comprar meus negócios. (JOÃO)

Apesar de estar prevista na LEP (BRASIL, 1984) no Art.25 e ser um dos campos de intervenção da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, a assistência ao egresso, especificamente na cidade de Santos/SP, encontra-se precarizada, o que interfere na viabilidade do apoio necessário e previsto por lei aos egressos prisionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do presente trabalho diversas questões eram indagadas com relação ao trabalho exercido pelos sujeitos encarcerados. Tendo como objetivo principal investigar a situação do trabalhador no cumprimento da pena privativa de liberdade, seus direitos legais, as condições reais e os reflexos efetivos na reinserção no mundo do trabalho quando em liberdade, esta pesquisa possibilitou, através da articulação do referencial teórico abordado com a pesquisa de campo, a constatação de algumas questões levantadas inicialmente.

As informações trazidas pelos entrevistados possibilitam a reflexão de que, assim como a hipótese deste trabalho supunha, o trabalho oferecido aos presos no sistema prisional, muitas vezes, não oportuniza a reinserção dos sujeitos no mercado de trabalho quando em liberdade.

Constatou-se que os direitos desses trabalhadores são violados em diversos sentidos. Sua finalidade educativa garantida pela LEP (BRASIL, 1984), por exemplo, não é atingida. As atividades oferecidas a eles não se configuram como educativa, mas sim, como mera ocupação do tempo ocioso. As necessidades futuras dos sujeitos e suas potencialidades não são consideradas no momento de sua inserção nas atividades laborais. As oportunidades de trabalho são limitadas e ocorrem de maneira precária, não havendo acesso ao trabalho para todos que por ele se interessar, sendo submetidos a uma espécie de seleção para ter acesso ao direito que deveria ser de todos.

O trabalho exercido pelos presos não implica registro em carteira, o que impossibilita a comprovação de experiência de trabalho durante o cumprimento da pena, dificultando ainda mais a procura por emprego em liberdade. O trabalho não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho o que rebate diretamente nos direitos previdenciários dos presos enquanto trabalhadores.

A remuneração pelo trabalho exercido é ínfima, desproporcional ao tempo dedicado ao trabalho, e sua destinação é determinada pela Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

As transformações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade apresentam precarização e flexibilização do trabalho a toda a classe trabalhadora, atingindo diretamente suas condições de trabalho e seus direitos.

Novas formas de contratação, aumento dos trabalhos informais e alteração nas características do desemprego, que atualmente atinge também sujeitos com qualificação profissional, acentuam as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos egressos do sistema prisional à procura de emprego. Aliado a isso, as características do trabalho realizado nas prisões não favorece a colocação desses sujeitos no mercado de trabalho.

Algumas jornadas de trabalho na prisão são muito intensas e não possibilitam os sujeitos estudarem enquanto trabalham. Muitas vezes, as oportunidades de estudar não se dão em quantidade suficiente, de modo que não podem ser acessadas por todos que por elas se interessarem. A saída do cárcere desses sujeitos, muitas vezes, sem formação escolar básica e quase sempre sem formação profissional, impossibilita esses sujeitos de se inserirem em trabalhos pelos quais proveriam seu sustento em liberdade.

Os trabalhos exercidos pelos sujeitos entrevistados comprovam que o trabalho disponibilizado dentro das prisões cumpre a finalidade que há tempos é empregada ao trabalho penal: punição e vigilância, atingir a disciplina. O trabalho funciona como meio de controlar o tempo dos sujeitos encarcerados, suas atividades e hábitos diários.

Além disso, o trabalho na prisão, desde sempre, enquanto estratégia disciplinadora, é ofertado aos presos para que estes apreendam normas e regras necessárias para o convívio comum, como horários, rotina, relações hierárquicas, submissão aos indivíduos que ocupam cargos superiores, entre outros fatores necessários para o convívio e não questionamento à ordem estabelecida.

As condições nas quais os indivíduos cumprem suas penas no Brasil também violam os direitos humanos e fundamentais a vida e geram efeitos permanentes nesses sujeitos. Neste sentido, a assistência ao egresso deve ultrapassar a questão material que é extremamente importante para o sujeito no momento em que tenta reestabelecer sua vida em liberdade, mas deve atender também questões que garantam a autonomia dos sujeitos e o seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

Os desafios enfrentados pelos sujeitos egressos ultrapassam também a questão do trabalho, se dão pelo estigma e preconceito reproduzidos pela sociedade que dificultam, e muitas vezes impedem, os sujeitos de reestabelecerem sua vida



em liberdade.

Uma questão fundamental apontada por um dos entrevistados é a diferença entre a vida dentro e fora da prisão. Sua organização, dinâmica, regras e rotina, entre outras coisas, diferenciam a vida livre da vida no cárcere. Neste sentido, como pode uma instituição que, teoricamente e ideologicamente, tem como função “reabilitar” os indivíduos para o convívio social em liberdade, se diferenciar tanto do ambiente para o qual ela devolverá os sujeitos encarcerados? Além disso, como pode uma instituição degradar a vida dos sujeitos, submetê-los a condições sub-humanas, com isso, destruir a perspectiva de vida dos indivíduos e só aprofundar as desigualdades já impostas pela sociabilidade burguesa, baseada no discurso da “recuperação” dos então transgressores?

A presente pesquisa, além de comprovar que o trabalho penal não oportuniza a reinserção dos sujeitos no mercado de trabalho, dada as características e condições das atividades exercidas por eles nos estabelecimentos penais, com os efeitos gerados pelo modo de produção capitalista no mundo do trabalho e nas relações sociais, proporciona a reflexão de que a instituição prisão não “reabilita” nenhum indivíduo, seja pelo trabalho, pela educação ou qualquer outra espécie de política social destinada a essa população.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BITENCOURT, C. R. **Falência da Pena de Prisão**: Causas e Alternativas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BRASIL, Presidência da República. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)> Acesso em: 22 set. 2014

CHIES, L. A. B. Prisão: Tempo, Trabalho e Remissão: Reflexões Motivadas pela Inconstitucionalidade do Artigo 127 da LEP. In: CARVALHO, S. **Crítica à Execução Penal**: Doutrina, Jurisprudência e Projetos Legislativos. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. p. 649-680

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil. Brasília/DF, jun. 2014. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf)> Acesso em: 05 dez. 2014.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Relatórios Estatísticos / Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro. Dez, 2012. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/aceso-a-informacao/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-analiticos-do-sistema-prisional>> Acesso em: 13 nov. 2014.

FAUSTINO, D. M. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. **Pucviva**, São Paulo, n.39, p.14-27, Set-Dez, 2010.

FILHO, L. F. C. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos VIII**: Segurança, Penalidade e Prisão. (Organização e Seleção de Textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. cap.4, p. 59-73.

RADBRUCH, G. Encarceramento em Massa: Símbolo do Estado Penal. **Pucviva**, São Paulo, n.39, p.5-6, Set-Dez, 2010.

SALLA, F. A. **O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões**. 1991. 165f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SIQUEIRA, J. R. **O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade**. *Serviço Social e Sociedade*, n. 67, 2001.

TORRES, A. A. A institucionalização e suas consequências. **Pucviva**, São Paulo, n.39, p. 44-46, Set-Dez, 2010.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – Roteiro utilizado nas Entrevistas**

#### **ROTEIRO DE QUESTÕES**

- 1** - Como era o trabalho desenvolvido por você durante o cumprimento de sua pena?
- 2** - Quais os direitos eram assegurados a você enquanto trabalhador?
- 3** - Você considera que essa experiência de trabalho vivenciada auxiliou ou auxiliará na sua reinserção no mercado de trabalho?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal de São Paulo  
Campus Baixada Santista

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Título do Trabalho de Conclusão de Curso:

#### **O Trabalho no interior das prisões: uma questão de violação de direitos?**

Prezado entrevistado,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa proposta por assistentes sociais da Universidade Federal de São Paulo, aqui na cidade de Santos, aplicada por alunos, futuros assistentes sociais. Nosso **objetivo** é manter em segredo sua identidade (não vai aparecer seu nome) e conhecer como funciona o trabalho no presídio. E o que você acha da ideia de que:

- 1) o trabalho na prisão ajudou você a se reinserir na sociedade, agora que está em liberdade?
- 2) como eram seus direitos no trabalho na prisão?
- 3) queremos saber se você conseguiu voltar a trabalhar e como está sendo isso.

Pedimos que você nos autorize neste papel, a gravar esta entrevista para escutarmos depois em nossos estudos. As perguntas que você deve responder para nós são essas acima. Mais uma vez ressaltamos que o seu nome não será revelado e nem o local onde você cumpriu pena. Não nos interessa o tipo de crime que você cometeu.

As informações que você nos dará é sigilosa de acordo com a nossa ética na pesquisa e não será fornecida a mais ninguém, apenas constará nesse trabalho da Universidade. Assim que acabarmos entraremos em contato para você conhecer como ficou o trabalho de pesquisa.

A qualquer momento que você decidir pode entrar em contato conosco e desistir da pesquisa (forneceremos nossos contatos). Nessa pesquisa não há nenhum tipo de pagamento.

Em caso de qualquer dúvida, seguem os contatos dos pesquisadores da Universidade:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrea Almeida Torres, que pode ser encontrada no Departamento Políticas Públicas e Saúde Coletiva – Rua Silva Jardim, 136 – Vila Mathias – CEP 11015-020– Santos – São Paulo – Telefone 13- 3523-5000.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato também com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: [cepunifesp@unifesp.br](mailto:cepunifesp@unifesp.br)

Li esta carta-convite e fui bem esclarecido sobre a pesquisa que participarei chamada **O Trabalho no interior das prisões: uma questão de violação de direitos?** Conversei com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrea

Almeida Torres e decidi participar deste estudo. Está claro para mim que as minhas respostas serão gravadas e será garantido segredo do meu nome. Essas informações serão apenas utilizadas neste trabalho universitário.

Ficou claro também que minha participação é voluntária e não haverá pagamentos. Entendi que a partir de qualquer momento posso me retirar desta pesquisa.

Uma cópia deste documento ficará com você. Por favor, confira todas as páginas com uma pequena assinatura.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito entrevistado para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Principal

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## ANEXO

## ANEXO A – CEPUNIFESP



# COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



São Paulo, 09 de Junho de 2014

## COMPROVANTE DE CADASTRO INSTITUCIONAL (237411)

CPF:	033.229.868-02	Característica:	Retrospectivo/Prospectivo
Título do projeto:	O trabalho no interior das prisões: uma questão de violação de direitos?		
Pesquisador:	Andrea Almeida Torres		
Celular:	(11) 980858700	e-mail:	andreaalmeidatorres@hotmail.com
Disciplina/Depto:	Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva	Campus:	Baixada Santista
Obj. Acadêmico:	Doutorado	Aquisição de patente:	Não
Patrocínio:	Ausente	Patrocinador:	
Orientador:	Andrea Almeida Torres	e-mail:	andreaalmeidatorres@hotmail.com
Chefe de Depto:	Juarez Pereira Furtado	e-mail:	juarezpfurtado@hotmail.com

## Resumo:

Considerando as mudanças históricas na prática de punir e a atual conjuntura dos presídios no Brasil, especificamente no estado de São Paulo, articuladas com o atual contexto social, político e econômico do país, o presente trabalho de conclusão de curso visa analisar uma questão presente na realidade: o trabalho do preso no sistema prisional. Através de entrevistas qualitativas com egressos prisionais que tenham trabalhado no sistema e que estão sendo atendidos na Central de Atendimento ao Egresso e seus Familiares.

## Orçamento Financeiro

Descrição do item	Quantidade	Valor unitário
1. Papel sulfite	100	0,10
Total		R\$ 10,00